

ATA Nº 14, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E CONTROLE SOCIAL DE SANEAMENTO BÁSICO.

Aos (13) treze dias do mês de outubro do ano de 2022, através do aplicativo Meet, meio pelo qual a reunião aconteceu e registrou-se a presença dos seguintes **Conselheiros (natos)**: Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho/SEMURB, Robson da Silva Siqueira/IFCE, Aquécio Oliveira da Costa/SEINFRA, Sílvia Carlos de Oliveira Napoleão/CAGECE. Também os **Conselheiros (eleitos)**: Arthur Abreu Costa Facundo/Facundo Engenharia, Antônia Beatriz Ferreira Andrade/CEM, José Luiz Ferreira de Menezes/CEEU, José Dalisson Cavalcante do Nascimento/Associação de Cachoeira. Tivemos ainda a participação dos técnicos do Núcleo de Meio Ambiente da SEMURB: Ítalo Renan Ferreira Girão/Gerente desse Núcleo e alguns membros dessa equipe: Carlla Danielle da Silva Laureano/Gerente Licenciamento e Anilda Favila Prata/Técnica em Secretaria. Registramos a ausência das seguintes instituições com justificativa: SEMA, AVATAH, Câmara Municipal de Maranguape. instituições sem justificativa: EEEP Salaberga, EMATERCE, Associação da Serra do Lagedo, Secretaria Municipal de Saúde e COOPERFAM. Encerrada essa conferência da frequência e das boas-vindas, os trabalhos foram iniciados com a abertura da reunião pelo professor Robson Siqueira (vice-presidente), visto que o Presidente teve um pequeno atraso. A pauta do dia foi anunciada pelo gerente Ítalo, que consta da **"Análise das propostas de Resolução do COMDEMA. Resolução nº 014/2022-** Trata das publicações oficiais dos pedidos de licenciamento; **a 015/2022 –** trata da diferenciação de taxas, da alteração na metodologia das taxas, para que estejamos parametrizados a legislação federal, em relação as taxas (MEI, pequeno empreendedor, micro empresa) **e 016/2022)"** que trata da criação em Maranguape, do programa de revitalização e adoção de praças, proposto com o nome **"DE CARA NOVA"**, que será apreciado pelo COMDEMA; caso a resolução seja validada, abrirá um leque de parcerias com empresas e outras instituições, para revitalizar, reformar e adotar espaços públicos em Maranguape. Todas as resoluções foram disponibilizadas previamente aos Conselheiros, para ampla leitura. A gerente Carlla Danielle, deu início a apresentação da **Resolução Nº 014/2022**, com o seguinte teor: Dispõe, no âmbito do município de Maranguape, acerca da possibilidade de publicação oficial, por parte do ente federativo, dos pedidos de licenciamento ambiental, em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e respectiva concessão, em meio eletrônico de comunicação, mantido pelo órgão municipal competente. A lei federal diz que todo pedido de licenciamento, deve ser publicado em meio de grande circulação ou em meio eletrônico da própria instituição - site da prefeitura - www.maranguape.ce.gov.br, para os pedidos e publicações de licenciamento (foi feita a leitura da resolução na íntegra) e o gerente Ítalo complementou as informações, falando que a resolução desobriga a publicidade, de forma que seja via canal oficial da prefeitura, retirando o custo para esses pequenos empreendedores. A **Resolução Nº 015/2022 –** Insere, no âmbito do Município de Maranguape, a metodologia de taxas diferenciadas nas licenças ambientais para Microempresas - ME, Microempreendedores Individuais - MEI e Empresas de Pequeno Porte – EPP. Resolução baseada no princípio da isonomia e na lei complementar federal nº 123/2006, criada para garantir a igualdade legal entre todos os concorrentes, modernizando os processos licitatórios, beneficiando e ampliando as possibilidades para MEI's, ME's e EPP's. Essa Resolução isenta em cinquenta por cento (50%) os empreendimentos que se enquadram no tipo Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) e em cem por cento (100%) os MEI's. Por fim, no artigo terceiro desta Resolução, fica revogado o parágrafo único, do artigo sétimo, da Resolução do COMDEMA nº 002, do dia dois de junho de dois mil e vinte e um (02/06/2021), adequando a Resolução municipal, a Lei federal. A última proposta apresentada pelo Gerente Ítalo, da **Resolução de Nº 016/2022 –** Cria no âmbito do Município de Maranguape, o programa de revitalização e adoção de praças e áreas degradadas, denominando-o como **"Programa de Cara Nova"**, a fim de estabelecer convênios de parceria entre o público e demais instituições. Ítalo esclareceu que será feito através de um termo de cooperação técnica, que determina a revitalização do espaço degradado, para entregar esse ambiente revitalizado para a população. Esclareceu que o projeto será feito pelo poder público (parceria Semurb e Seinfra), com consultas à população sobre o que elas querem que seja construído ou adoção de espaços. O Comdema irá fiscalizar esse processo, além dos TCCA's, caberá também fiscalizar os termos de cooperação técnica assinados e a Semurb se compromete a entregar os relatórios de como foi estabelecida as regras e como está a execução de cada um, como também os casos omissos que surgirem. Foi aberto para as discussões, para que seja esclarecidas as possíveis dúvidas. O professor Robson Siqueira, perguntou se o projeto será submetido ao Comdema para aprovação, para que o conselho tenha ciência do que irá fiscalizar posteriormente. O Ítalo respondeu ser plenamente possível o conselho fazer parte na elaboração do projeto e de negociação dos termos, convidar os conselheiros para participar de algumas reuniões, sendo ponto de ressalva, que não seja necessário



cada TCT, seja preciso uma reunião ordinária, isso poderia atrasar o processo, mas que seria plenamente possível essa troca de ideias. O conselheiro concordou. O próximo foi o conselheiro Silvio Napoleão, que sugeriu que fosse criado um padrão - no caso de uma praça - determinar o espaço de área verde, do espaço que será ocupado (tanto do projeto feito pela prefeitura, como o apresentado pela empresa), outro ponto abordado foi em relação a taxa do licenciamento (Resolução nº 015/2022), o impacto da atividade a ser desenvolvida, ele é considerado? Ou se a empresa for uma MEI, independente do impacto, ela precisa? Pela questão do uso de subterfúgios jurídicos, "forma uma MEI para uma atividade maior e cria-se um cenário onde gera uma incompatibilidade pelo porte que vai ser desenvolvido e gerado de impacto, saber se tinha como amarrar essas questões, do impacto a essas MEI, com o impacto da atividade é realmente baixo, então ela tá isenta, ela é uma MEI, ela tem um impacto maior, ela precisa se enquadrar, redefinir o CNPJ ou alguma coisa desse tipo?" Ítalo respondeu que a resolução vai tratar da taxa que ela vai precisar pagar para ter o processo de licenciamento dela analisado (em relação as taxas de cem ou cinquenta por cento de desconto) de acordo com o previsto na resolução, todos os outros aspectos continuarão da mesma forma. No caso de ter impacto ambiental significativo, terá que pagar a compensatória, esclarecendo que o termo compensação ambiental é: gera um impacto ambiental negativo, que vai ser identificado mediante visita técnica, vistoria e parecer técnico e o licenciamento ambiental só será liberado depois de assinar um termo de compromisso de compensação ambiental (deu exemplos), a resolução se limita a TLA - Taxas de Licenciamento Ambiental, aplicando o desconto conforme legislação federal obriga, o impacto será avaliado e nas situações que couberem, exigir o TCCA também. O conselheiro colocou novamente da possibilidade de uma empresa abrir como MEI, mas que na realidade estará atacando com outra atividade. O gerente Ítalo respondeu que para que a empresa consiga entrar no sistema e pedir o licenciamento, o primeiro passo é fazer o cadastro municipal e além dos fiscais que também são de controle urbano, tem também os fiscais tributários que estão ligados a secretaria de administração e finanças, numa situação como essa, é comunicado ao setor de administração e finanças e também o próprio cadastro pode ser negado, pela incompatibilidade na declaração das informações. Após as considerações e sanadas as dúvidas, as resoluções foram postas em votação individualmente e foram aprovadas por unanimidade. Foi avisado que a próxima reunião será dia dez de novembro. Sem mais para o momento, eu, Anielda Favila Prata, que secretariei esta reunião, dou por encerrada a presente Ata, que será assinada por todos os presentes. -----

W. Th. C. d. L.

Agustino Almeida da Silva

Agustino Almeida da Silva

José Dalisson C. do Nascimento

Antônia Beatriz Almeida Andrade

Antônio Luiz de Menezes

Antônio Luiz de Menezes

Carla Danielle da Silva Laureano

Anielda Favila Prata

1. Marcus Raimundo Carvalho da Silva Filho/SEMURB
2. Robson da Silva Siqueira/IFCE - Maranguape
3. Aquécio Oliveira da Costa/SEINFRA
4. Silvio Carlos de Oliveira Napoleão/CAGECE
5. Arthur Abreu Costa Facundo/Facundo Engenharia
6. José Dalisson Cavalcante do Nascimento/Museu da Cachoeira
7. Antônia Beatriz Ferreira Andrade/CEM
8. José Luiz Ferreira de Menezes/CEEU
9. Ítalo Renan Ferreira Girão/Gerente M. Ambiente
10. Carla Danielle da Silva Laureano/Gerente Licenciamento
11. Anielda Favila Prata/Secretária Técnica-SEMURB